

DISTOPIA GUARANI E KAIOWÁ

Emerson Guerra¹

O estado do Mato Grosso do Sul é palco de um dos mais emblemáticos conflitos fundiários e humanitários envolvendo povos indígenas, fazendeiros e o Estado-nação brasileiro. Políticas de colonização promoveram a desterritorialização indígena e a ocupação agrícola pela propriedade privada da terra nessa região. Acompanhei e registrei um dos vários despejos da comunidade de Apyka'i, liderada pela senhora Damiana Kaiowá, próximo a cidade de Dourados. Essa narrativa visual foi produzida no âmbito do projeto “Os significados das territorialidades: entendendo os conflitos por terra entre os fazendeiros e os Guarani no Mato Grosso do Sul”.

Essa narrativa visual foi produzida no âmbito do projeto “Os significados das territorialidades: entendendo os conflitos por terra entre os fazendeiros e os Guarani no Mato Grosso do Sul”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. As atividades desse projeto aconteceram entre 2015 e 2017.

O Mato Grosso do Sul é palco de um dos mais emblemáticos conflitos fundiários e humanitários envolvendo povos indígenas, fazendeiros e o Estado-nação brasileiro. Políticas de colonização promoveram a desterritorialização indígena e a ocupação agrícola pela propriedade privada da terra nessa região. Benites (2012) afirma que para entendermos o processo de reocupação (*jeike jey*) dos territórios tradicionais (*tekoha guasu*) conduzidos pelas lideranças religiosas e políticas Guarani e Kaiowá é fundamental compreender a definição de *tekoha guasu*:

“Tekoha, na visão indígena, significa um espaço territorial de domínio específico, muitas vezes, de uma liderança de uma família extensa (tey'i). O termo teko significa o modo de ser e viver guarani e kaiowá; ha é definido como o lugar exclusivo onde a família grande pode realizar seu modo de ser – teko. A expressão guasu significa grande e amplo. Assim, tekoha guasu é um espaço territorial muito mais amplo e de uso de várias famílias extensas e de várias lideranças religiosas e políticas” (BENITES, 2012, p.166).

Esse autor ressalta, a partir de fontes documentais, que o processo de desterritorialização dos Guarani e Kaiowá começou com a política de povoamento e colonização da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai. O histórico oficial de ocupação dos territórios desse povo resultou no fato de que aproximadamente quinze mil indígenas que reivindicam seus tekoha guasu tradicionais encontram-se vivendo ou nas margens das rodovias (BR) ou nas pequenas áreas reocupadas e retomadas. A década de 1970 é o marco inicial da articulação de várias famílias extensas desterritorializadas e vivendo em condições precárias nas reservas indígenas e acampamentos. Durante as décadas de 1980 e 1990 começaram sua reterritorialização pela via das retomadas com o objetivo explícito de pressionar a identificação e regularização dos espaços reivindicados. Todo esse movimento é marcado por uma situação de conflito permanente e violento que se estende até a atualidade.

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF, e Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

“As táticas de reocupação dos territórios tradicionais (Jeike Jey) são discutidas e deliberadas amplamente pelas lideranças religiosas e políticas organizadas através do Aty e Jeroky Guasu. A expressão Jeike citada acima significa ‘entrar’, ‘ocupar’, ‘enfrentar’ ou ‘afrontar’. E Jey tem o significado de ‘repetir’, ‘ativar’ novamente ou uma vez mais. Por essa razão, o termo Jeike Jey é definido como uma resposta ou reação organizada através do Aty Guasu frente à expulsão violenta das famílias extensas de seus territórios, objetivando reocupar e recuperar esses territórios perdidos em favor dos fazendeiros. Dessa forma, Jeike Jey é sempre o resultado da articulação política e da luta religiosa de lideranças das famílias extensas para retornar aos seus antigos espaços territoriais” (BENITES, 2012, p.169).

Thomaz de Almeida (2000:748) reforça que o termo “entrar” é o mais usual entre os Kaiowá e Nandeva referindo-se ao movimento de reterritorialização nas terras que reconhecem como suas e foram transformadas em fazendas pelo processo de colonização estatal. Esse termo é um contraponto a “invasões”, enunciado por fazendeiros, e “ocupação”, “reocupação” e “retomada”, utilizados por aliados dos indígenas. O autor afirma que as últimas décadas foram marcadas por dezenas de “entradas”, com respectivas expulsões sob a alcunha judicial de reintegração de posse, e retornos sistemáticos.

“Apesar de surgirem aos olhos de muitos como forma de pressionar a Funai para regularizar suas terras, o que em parte é verdadeiro, há também outros motivos, próprios aos Guarani, que os impulsionam a ‘entrar’ em terras que consideram suas. Para a maioria dos casos, as ‘entradas’ objetivam diminuir tensões entre grupos familiares compulsoriamente assentados, nos últimos 90 anos, nas reservas (Postos Indígenas) do SPI em atendimento à ‘política de aldeamento’, que era de reunir índios considerados equivocadamente ‘dispersos’ ou ‘desaldeados’ (famílias que se recusaram a abandonar suas terras que as frentes de expansão tornaram espaços privados). Só muito recentemente a Funai reconheceu que estes índios estavam em terra de ocupação tradicional, e que sua política havia provocado alta densidade demográfica e situações de insustentáveis conflitos naquelas reservas. Além dos conflitos familiares gerados pela convivência forçada de grupos que voluntariamente jamais se relacionariam, há dificuldades à própria sobrevivência, já que o espaço para a realização plena da vida econômica se reduz drasticamente” (THOMAZ DE ALMEIDA, 2000, p.748).

Para Thomaz de Almeida as entradas prosseguiriam e só haveria uma possibilidade de interrupção caso o Estado demonstrasse alguma disposição em resolver o problema, efetivamente. Nesse caso é imprescindível que haja discussões entre as partes bem como um planejamento para as identificações com o objetivo de continuar o processo de regularização das terras em caráter definitivo.

As imagens aqui apresentadas foram produzidas na manhã chuvosa e fria do dia 06 de julho de 2016, quando fomos surpreendidos com a notícia de mais um dos sucessivos despejos da comunidade Kaiowá de Apyka’i, próximo a cidade de Dourados - MS. Um mandato judicial, forte efetivo policial, tratores destruindo casas e roças abriram espaço para um grupo de segurança privada se instalar no local. Com auxílio de diversos apoiadores dos indígenas um acampamento improvisado foi erguido para acolhê-los. Novamente, uma rodovia - repleta de cruzeiros simbolizando as vidas perdidas nesses confrontos - separa a utopia do retorno aos tekoha dos Guarani e Kaiowá, da distopia amarga de uma injustiça histórica.













REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITES, Tônico. Trajetória de luta árdua da articulação das lideranças Guarani e Kaiowá para recuperar os seus territórios tradicionais tekoha guasu. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v.4, jul. – dez, n.2. p. 165 – 174, 2012.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. A “Entrada” no tekoha. In: RICARDO, C.A. (org.). **Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo: ISA, 2000. P. 745-748.

